

**PF apertou o cerco às quadrilhas de falsificação de diplomas**

---

*Entre 2024 e 2025, operações se multiplicaram e expuseram redes de falsificação e revalidação fraudulenta de títulos acadêmicos*

Por Marcelo Menna Barreto / Publicado em 9 de janeiro de 2026

A Operação Side Job 2, da PF, investiga uma organização criminosa suspeita de produzir e comercializar diplomas falsos de cursos superiores, técnicos e de ensino médio em diversos estados

Nos últimos anos, a Polícia Federal (PF) brasileira tem deflagrado operações específicas para combater a falsificação e o uso fraudulento de títulos stricto sensu no país. Trata-se de um verdadeiro mercado paralelo de certificados acadêmicos, cursos superiores irregulares e instituições ditas estrangeiras que operam à margem da legislação brasileira.

Titulações falsas têm se revelado, nos últimos anos, um filão lucrativo que envolve não apenas estelionatários, mas também instituições de ensino superior nacionais que revalidam títulos de mestrado e doutorado supostamente obtidos no exterior, mas eivados de irregularidades. A ameaça à credibilidade do sistema educacional pátrio e o risco oferecido à sociedade colocaram esse ecossistema criado por golpistas no radar da PF.

Como um todo, o golpe não é novo nem exclusivo do Brasil. Seguindo um modus operandi semelhante, falsários e estelionatários operam praticamente em todo o território nacional.

A ação pública mais recente da PF foi realizada em 17 de dezembro passado. Dois mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro. A Operação Side Job 2 investiga uma organização criminosa suspeita de produzir e comercializar diplomas falsos de cursos superiores, técnicos e de ensino médio em diversos estados. De acordo com a PF, a apuração teve início em outubro de 2024, após denúncia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ).

**No Distrito Federal, site falso simulava sistemas de verificação**

Em junho de 2025, a PF cumpriu 25 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e em outros 11 estados. A ação integrou a Operação Código 451, voltada à desarticulação de uma rede criminosa de falsificação e venda de diplomas de ensino superior.

Segundo as investigações, os documentos ilegais eram utilizados para obtenção de registros em conselhos profissionais, permitindo o exercício irregular de profissões regulamentadas. Entre as áreas identificadas estão direito, engenharia, psicologia, biomedicina, fisioterapia, administração e educação física.

O esquema incluía a criação de um site fraudulento que simulava sistemas oficiais de verificação. Os investigados podem responder por falsificação de documento público, estelionato e exercício ilegal da profissão.

A PF não divulga os nomes dos alvos da operação. O Extra Classe, no entanto, teve acesso à ata da Reunião Plenária do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região (CRP-DF), realizada em 29 de julho passado. No documento, os conselheiros foram informados sobre um inquérito policial que envolvia diplomas de psicologia falsificados. Entre eles, o de Ângelo Ribeiro Froes.

## Fábrica de diplomas

Froes já havia sido citado na série de reportagens Fábrica de Diplomas, produzida pelo Extra Classe desde 1º de agosto. Ele é identificado como vice-reitor da Emil Brunner World University (EBWU), organização sediada na Flórida, nos Estados Unidos.

A matéria Prisão em SP expõe ligações entre FICS e um circuito crescente de IES fictícias registrou que Froes tentou obter registro profissional no Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp).

Para isso, apresentou um diploma falsificado e um termo no qual se declarava “bacharel em Medicina” por uma empresa que se apresenta como instituição de ensino superior norte-americana. Alertado pelo conselho de que diplomas de graduação obtidos no exterior precisam, por lei, ser revalidados por universidades públicas ou institutos federais, ingressou com mandados de segurança contra a Universidade Federal de Goiás (UFG) e, posteriormente, contra a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), buscando a revalidação simplificada do título.

Nos dois casos, as ações foram abandonadas antes de decisão judicial, após as universidades levantarem questionamentos sobre a autenticidade da

documentação. Os processos, ajuizados com o benefício da Justiça gratuita, foram extintos.

No mesmo mês da Operação Código 451, o vice-reitor da EBWU solicitou o cancelamento de seu registro no CRP.

Froes também figura como “chefe de reportagem” de um jornal digital que tem atuado na defesa de supostas instituições de ensino superior estrangeiras e na crítica ao trabalho do Extra Classe e do autor da série que denuncia fraudes atualmente sob investigação da PF.

### **Engodo em nome da Ufrgs**

Até então, um dos casos mais emblemáticos conduzidos pela PF foi a Operação Engodo. Deflagrada em junho de 2024 e aprofundada em fevereiro de 2025, a investigação desarticulou um grupo criminoso que falsificava diplomas de mestrado e doutorado em nome da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

De acordo com a PF, o esquema produziu milhares de documentos acadêmicos falsos, incluindo diplomas, históricos escolares e certificados de conclusão de cursos de pós-graduação. Os títulos eram vendidos a interessados que buscavam vantagens funcionais, progressões na carreira pública ou reconhecimento profissional indevido.

Os documentos simulavam integralmente os padrões gráficos e administrativos da Universidade, com assinaturas, selos e registros inexistentes. A PF apura o uso desses títulos em órgãos públicos, instituições privadas e processos administrativos de concessão de adicionais salariais por titulação.

Além dos diplomas falsificados em nome da Ufrgs, o grupo vendia a promessa de revalidação de diplomas obtidos em instituições estrangeiras da Venezuela, Colômbia, Equador e Estados Unidos.

A PF estima que mais de dois mil diplomas falsos de mestrado, doutorado, especialização e outros cursos estejam relacionados ao grupo criminoso desbaratado pela Operação Engodo.

### **PF investiga diplomas estrangeiros e revalidações fictícias**

Outro eixo recorrente das investigações da PF envolve instituições estrangeiras utilizadas como fachada. Em agosto de 2025, a Polícia Federal deflagrou a Operação Fake Degree, voltada a um esquema de emissão de diplomas de

mestrado e doutorado supostamente expedidos por uma instituição sediada na Venezuela.

A fraude, no entanto, não se limitava à emissão dos documentos. Segundo a PF, os diplomas eram irregularmente “validados” no Brasil por entidades sem competência legal, permitindo que os portadores utilizassem os títulos para obtenção de benefícios acadêmicos e funcionais, especialmente na docência.

Mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Rondônia e Roraima, estados onde se concentrava parte dos beneficiários do esquema. A investigação apura prejuízos aos cofres públicos e possível participação de intermediários que atuavam como “despachantes acadêmicos”.

O esquema permitia que diplomas falsos de mestrado e doutorado fossem utilizados por professores para requerer retribuição por titulação, resultando em aumentos salariais indevidos que poderiam ultrapassar R\$ 70 mil por ano.

### **Mercado que cresce à sombra da regulação**

O trabalho recente da PF dialoga com investigações anteriores, como a Operação Academus, deflagrada em 2021. Ela revelou um esquema de compra e venda de revalidações de diplomas de mestrado e doutorado obtidos no exterior, sobretudo em países da América do Sul.

Embora, nesses casos, os diplomas não fossem necessariamente falsos em sua origem, o processo de reconhecimento no Brasil era fraudado, com pareceres simulados e procedimentos administrativos inexistentes — prática que, na essência, transforma a titulação acadêmica em mercadoria.

As investigações apontaram que os envolvidos atuaram em estados como Alagoas, Mato Grosso, Pará, Piauí e Maranhão, sempre utilizando o mesmo modelo de atuação.

As operações da PF reforçam uma realidade preocupante: a expansão desordenada da oferta educacional, aliada à fragilidade na fiscalização e à crescente demanda por títulos formais para progressão de carreira ou pontuação em concursos públicos, criou um ambiente propício à atuação de verdadeiras fábricas de certificados.

No caso das titulações stricto sensu, o impacto é ainda mais sensível. Mestrados e doutorados falsos comprometem a credibilidade da produção científica, distorcem trajetórias acadêmicas e geram prejuízos diretos ao serviço público, especialmente

nas áreas da educação e da pesquisa.

### **FICS, Carolina Bori e o mercado paralelo em atividade**

Especialistas ouvidos pelo Extra Classe afirmam que os esquemas não são episódicos, mas parte de uma engrenagem estruturada, com atuação nacional e internacional. Instituições inexistentes, universidades estrangeiras de fachada e promessas de revalidação “garantida” seguem sendo ofertadas no mercado educacional paralelo.

Alguns casos chegam a ser apurados por ministérios públicos e polícias estaduais. No entanto, por se tratar de crime sem grave ameaça à pessoa, a repercussão midiática costuma ser limitada.

A organização paraguaia Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS) tem contribuído para lançar luz sobre o tema nos últimos meses. A quantidade expressiva de “diplomas” revalidados da FICS na plataforma Carolina Bori chamou a atenção e motivou questionamentos da PF às instituições de ensino superior credenciadas que têm concedido chancela na plataforma oficial de reconhecimento e revalidação de títulos acadêmicos do Ministério da Educação (MEC).

Apesar do que já vem sendo tratado como um escândalo no setor, a atuação do mercado paralelo não arrefeceu. Mesmo após a PF caracterizar a FICS como instituição que operou sem regularidade, contrainformações seguem sendo disseminadas em grupos de WhatsApp e em supostos veículos jornalísticos, com o objetivo de manter matrículas e mensalidades em dia.

<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2026/01/pf-apertou-o-cerco-as-quadrilhas-de-falsificacao-de-diplomas/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Extra Classe